



OS PRESSUPOSTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO ESTADO DA BAHIA: LUTAS E CONQUISTAS

Tiago Pereira da Costa¹

*Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF; Instituto Regional da Pequena Agropecuária
Apropriada – IRPAA; Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido – REFAISA.*

tiago@irpaa.org

Resumo: O presente trabalho apresenta a trajetória do debate sobre a Convivência com o Semiárido, que vem a quase três décadas sendo construído e implementado na região norte do estado da Bahia, com relevante contribuição do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA e da Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA, no ano de dois mil e dezesseis (2016) foi instituída como lei estadual e regulamentada neste ano em curso (2017). Trata-se de uma proposta de natureza popular, resultado da luta pela terra e por uma educação contextualizada, tecida pelas organizações da sociedade civil organizada, que se contrapõem ao paradigma governamental de combate à seca na região Nordeste do Brasil. Deste modo, foi elencado a fenomenologia como método de pesquisa, permitindo observar qual a relação vivenciada pelos movimentos sociais, entidades de apoio, camponeses/as, agricultores/as familiares, povos e comunidades tradicionais, na luta em defesa de uma política adequada para a região, e assim, compreender como esses percebem sua existência no mundo, que é também do Semiárido Brasileiro. A fenomenologia possibilita apresentar o vivido, o sentido, a percepção dos sujeitos e suas formas de compreender o mundo e o próprio ser humano. Assim, para que de fato mude a realidade sociopolítica e econômica do Semiárido brasileiro, se faz necessários políticas públicas construídas com a participação popular, e conseqüentemente essas sejam fomentadas e efetivadas pelo estado, por meio dos entes de nível municipal, estadual e federal responsáveis por fazer cumprir as legislações que de certa forma asseguram direitos as populações, sejam elas do campo, assim como da cidade.

Palavras-chave: Semiárido Brasileiro, Convivência com o Semiárido, Política Pública, Educação Contextualizada, Educação Popular.

¹ Mestrando em Extensão Rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF; Especialista em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido com Ênfase em Recursos Hídricos (IF BAIANO); Especialista em Metodologias Participativas Aplicadas a Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (UNIVASF); Gestor Ambiental (UNOPAR); Técnico em Agropecuária (CETEP-TSSF); Coordenador Institucional do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA; Diretor – Secretário da Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido – REFAISA.

Introdução

A região semiárida brasileira possuiu uma grande expressão territorial, correspondendo a cerca de 11% da superfície do país e a cerca de 70% da superfície da região Nordeste. Com cerca de 28 milhões de habitantes (aproximadamente 12% da população brasileira e 40% da população da região Nordeste) é uma das mais populosas extensões semiáridas do mundo. Além disso, esta região concentra 42% dos estabelecimentos agrícolas familiares do Brasil, com cerca de 2 milhões de unidades, embora ocupem apenas 4,2% da área agrícola nacional e 19,2% da área agrícola da região Nordeste.

A relação entre pobreza e degradação socioambiental tem sido um aspecto preocupante pela magnitude com que se apresenta no semiárido. O estabelecimento de um círculo vicioso de insustentabilidade, em algumas regiões, situações crônicas de maior pressão sobre os recursos naturais tem ampliado a incidência das áreas susceptíveis à desertificação, que atingem 75% da superfície e 88% da população do bioma Caatinga². Estudos do INPE³ relacionados às mudanças climáticas apontam conclusões dramáticas para a região Nordeste nas próximas décadas, a exemplo da redução de 60 a 80% das terras cultiváveis nos estados do Ceará, Piauí, Paraíba e Pernambuco; da queda de 11,4% na taxa de crescimento do PIB do Nordeste; do aumento significativo nas taxas de migração; maior susceptibilidade a casos de desnutrição e mortalidade infantil; e agravamento e maior ocorrência de doenças, com elevação dos gastos em saúde.

Em termos socioeconômicos, a região semiárida brasileira é marcada pelo estigma da pobreza crônica, que decorre, fundamentalmente, das desigualdades observadas nas condições de distribuição e acesso das famílias agricultoras aos bens naturais, como a terra e a água. Atualmente a região concentra mais da metade da população que é vítima da fome e da subnutrição no país. Os indicadores de desenvolvimento humano na área da saúde, educação e renda nesta região encontram-se abaixo da média nacional⁴.

Apesar de representar mais de 60% da superfície da região Nordeste, o PIB do semiárido corresponde a 1/3 do PIB regional, que continua sendo o mais baixo das cinco regiões brasileiras. Diante das poucas alternativas de geração de renda e da grande proporção de economias municipais deprimidas, a transferência de recursos federais, como a Previdência

²Os estados do Nordeste mais afetados pelos processos de desertificação são a Paraíba, que tem 63% de sua superfície afetada, seguido do Ceará (52%), Rio Grande do Norte (36%) e Pernambuco (25,5%). Ver Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil, Agosto 2004.

³Mudanças climáticas, migração e saúde: cenários para o Nordeste 2000-2050¹. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

⁴Os estados da região Nordeste apresentam as piores posições no ranking nacional do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), incluindo os dois únicos estados do país com IDH médio-baixo, segundo classificação do PNUD 2005.

e os programas assistenciais, é considerada uma das principais fontes de renda para milhões de pessoas no semiárido brasileiro, em especial na zona rural.

Os municípios que fazem parte do semiárido brasileiro apresentam um quadro comum de vulnerabilidade climática, decorrente da escassez e má distribuição das chuvas, que se torna ainda mais crítica diante da frequente ocorrência do fenômeno da seca.⁵ Estas condições naturais, associadas às ações antrópicas de manejo e uso inadequado dos recursos naturais, produzem grande impacto ambiental e econômico, agravando as situações de degradação ambiental e de desertificação na região e criando sérias ameaças à segurança alimentar das famílias agricultoras.

A concentração da terra e dos recursos hídricos representa, historicamente, o principal entrave ao desenvolvimento do semiárido brasileiro. O latifúndio constituiu a principal expressão do poder privado territorial e esteio da dominação tradicional na região, o chamado ‘coronelismo’. Este sistema se manteve hegemônico até meados do século passado, baseado na ação de poderosas oligarquias rurais, perpetuadas por meio de mecanismos como o ‘voto de cabresto’ e os ‘currais eleitorais’, bem como pelo estabelecimento de relações de favor e lealdade, que caracterizam a ‘política clientelista’. Esta política dominante consolidou, ao longo das décadas, uma relação de profunda dependência da população ao poder local para o acesso a bens e serviços básicos e cristalizou uma estrutura fundiária extremamente concentrada na região, que perdura até os dias atuais⁶.

A política de ‘açudagem’, no contexto das obras contra as secas, concentrou grande parte das obras no interior dos latifúndios, reforçando ainda mais o poder das oligarquias e o ‘clientelismo’ político na região. A ausência de estratégias para democratizar o acesso à água tem sido um obstáculo à segurança hídrica da agricultura familiar, cujas necessidades passam a depender das políticas assistencialistas acionadas nos períodos de emergência, que caracteriza a conhecida ‘indústria da seca’. Vale ressaltar que esta é uma situação que afeta mais as mulheres, que são as principais responsáveis por esta tarefa e muitas vezes se sujeitam a longas caminhadas nos períodos de seca, para garantir o abastecimento doméstico de água.

A herança do ‘clientelismo’ ainda é muito forte na região e o acesso da população a bens e serviços públicos como terra, saúde, educação, água, trabalho, alimentação entre outros, permanece funcionando como moeda de troca nos períodos eleitorais, sem que sejam

⁵O semiárido é definido pelas seguintes características edafo-climáticas: precipitação pluviométrica média inferior a 800 milímetros; índice de aridez de até 0,5; e risco de seca maior que 60% com base no período entre 1970 e 1980 (Ministério da Integração, 2010).

⁶ A agricultura familiar no Nordeste ocupa cerca de 2,1% da área total dos imóveis rurais na região, enquanto os 5% maiores imóveis ocupam 67,6% da mesma área. O Índice de Gini na região é de 0,842 (IBGE 2006).

percebidos e tratados como direitos de cidadania previstos em lei e que demandam a participação da sociedade civil para a sua efetiva implementação.

Essa problemática da seca, quase sempre atribuída aos baixos índices pluviométricos, e contestada por muitos (XAVIER, 2001), tem mudado de paradigma, ainda que lentamente. A seca como elemento de poder no Nordeste também já é retratado há muitas décadas (GUERRA, 1985). A conjuntura política por trás do elemento climático, com seus desmandos e interesses próprios é um elemento histórico que acompanha o cotidiano do nordestino. As secas no Nordeste, notadamente no Ceará, são relatadas há vários séculos (FROTA, 1985), assim como o comportamento dos Governos Federal e Estadual frente ao problema. A influência das oligarquias, o sistema de proteção ao grande agricultor e pecuarista, do sertanejo, as leis que compactuam com os mais poderosos, são alguns dos fatores tradicionais que condicionaram e perfizeram a situação atual (LUNA & BARBALHO, 1983).

Segundo Costa (2017) no Semiárido brasileiro, essa lógica de adoção dos recursos públicos sustentando o crescimento econômico gerou um programa governamental de “combate à seca”, ainda no governo de Getúlio Vargas. Em seguida, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, por meio da Lei no 3.692, de 15 de dezembro de 1959, criada no Governo de Juscelino Kubitschek, idealizada por Celso Furtado, defendia o estado forte, por meio da ampliação das oportunidades de trabalho e de emprego, fomentando o surgimento de indústrias com isenção de imposto pelo estado. Foi uma forma de intervenção do estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região.

Neste sentido, o contexto atual está profundamente marcado pela transição entre estas duas culturas políticas, a ‘cultura do clientelismo’ e a ‘cultura dos direitos’, que é um processo de longa maturação que envolve mudanças de fundo na arraigada tradição política regional e a construção de uma nova ordem política democrática e participativa. O desconhecimento e a baixa consciência da população sobre seus direitos e o descaso dos gestores públicos para a participação cidadã nos espaços de construção e implementação das políticas públicas são desafios centrais para a construção desta nova ordem.

Consolidado o contexto acima apontado, as organizações populares a quase três décadas (1990 a 2017), vem debatendo e construindo com os/as camponeses/as, agricultores/as familiares, povos e comunidades tradicionais, uma proposta de Convivência com Semiárido, que considera a realidade climática emblemática e com características próprias, mas, se nutre

de forma participativa e propositiva das possibilidades que essa região tem, para garantir vida digna e justa as populações, e que essas devem ser implementadas e fomentadas pelo estado brasileiro, através de políticas apropriadas e que se estabelece uma convivência harmônica dos seres humanos com a natureza, gerando trabalho, renda e permanência na terra e no território.

O objetivo deste trabalho é sistematizar os caminhos percorridos pelas organizações populares e movimentos sociais para aprovação da política de Convivência com o Semiárido no estado da Bahia, que é resultado da luta pela terra e por uma educação de qualidade, amparadas na proposição de um outro projeto de desenvolvimento para o Semiárido baiano na ótica do Bem Viver.

Metodologia

Nesse estudo, elencamos a fenomenologia como método de pesquisa, permitindo observar qual a relação vivenciada pelos movimentos sociais, organizações populares, entidades de apoio, camponeses/as, agricultores/as familiares, povos e comunidades tradicionais, na luta em defesa e na construção de uma política pública adequada para a região, e assim, compreender como esses percebem sua existência no mundo, que é também do Semiárido Brasileiro. A fenomenologia possibilita apresentar o vivido, o sentido, a percepção dos sujeitos e suas formas de compreender o mundo e o próprio ser humano.

Segundo Carvalho (2010) é por meio dos fenômenos que se pode ir até as bases fundadoras das significações de hostilidade, das falas instituídas sobre o Semiárido, a política e a proposta de Convivência com essa região.

Nesta compreensão é que Morin (2005) defende que a relação simbólica e afetiva dos homens no seu mundo vivido é dimensionando pela e a partir da complexidade. Deste modo, ao buscarmos compreender o que é espaço o debate sobre o Semiárido e a Convivência, significou que elegemos um objeto fenomenologicamente determinado no espaço geográfico e que, portanto, nossa intenção foi compreender as lutas das populações para a conquista da Política Estadual de Convivência com o Semiárido no estado da Bahia, como diz Holzer (2003), é explorar o mundo e as ligações de cada homem e mulher com a terra nativa.

Resultados e discussão

O modelo de desenvolvimento historicamente implantados no Semiárido pelos governos

trouxe grande concentração das terras (pré-domínio dos latifúndios); a exploração da mão de obra local e o uso predatório dos recursos naturais durante o processo produtivo, ao substituir a riqueza da vegetação nativa por monoculturas. A reprodução desse modelo através dos séculos responde, hoje, pela gravidade da crise sócio-ambiental vivenciada no meio rural do Semiárido. Organizações que como o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, que trabalha na perspectiva do desenvolvimento sustentável advogam que é necessário outro modelo de desenvolvimento, que aproveite o potencial da região, respeitando as características do bioma e construindo um padrão de vida digno para a população do Semiárido. Neste sentido faz-se necessário estabelecer políticas públicas de acesso à terra com linhas de crédito específicas e subsidiadas para investimento e custeio, orientada para a agropecuária familiar; a demarcação e a titulação dos territórios das comunidades tradicionais e populações locais. É necessária a implementação de uma política que privilegie as ações de Convivência com o Semiárido - CSA a partir de interesses, aptidões da realidade local e familiar; fortalecimento da proposta de Educação Contextualizada e valorização dos aspectos culturais e das expressões artística da região.

No período recente, muitas das ações piloto de CSA desenvolvidas pelo IRPAA e demais organizações articuladas na Articulação do Semiárido - ASA foram sendo incorporadas em programas públicos de grande eficácia, em especial as tecnologias de captação e armazenamento de água da chuva. O Programa Um Milhão de Cisternas - P1MC e o Programa Uma Terra e Duas Águas - P1+2 são os de maior visibilidade. Outros programas de grande impacto positivo para populações camponesas do semiárido foram o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e a alteração no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que obriga prefeituras e estados a comprarem pelo menos 30% dos alimentos oferecidos aos estudantes da agricultura familiar local. Mas se no campo do acesso à água, da alimentação e o incentivo à produção e geração de renda houve avanços, a questão agrária continua sendo um entrave e está se agravando a partir do grande investimento em políticas desenvolvimentistas, representadas pelo avanço das monoculturas irrigadas, a construção de barragens, a expansão da mineração, das carvoarias e da instalação de empreendimentos de exploração da energia eólica na região.

Através de ações alternativas emergidas da demanda social e local, com apoio da igreja católica, o Instituto Regional da Pequena Agropecuária - IRPAA foi fundado em 1990, por iniciativa de animadores sociais, militantes das comunidades eclesiais de base, religiosos e

técnicos da área agrícola que atuavam na área das dioceses católicas de Juazeiro, Paulo Afonso e Rui Barbosa. Pode-se afirmar que só foi possível a criação de uma ONG com as singularidades do IRPAA por causa do legado de quatro principais *fontes*:

- O trabalho de educação popular desenvolvido pela igreja católica através das comunidades eclesiais de base e suas pastorais, com forte enraizamento sócio-cultural e grande capacidade de difusão de novas ideias e abordagens;

- O imenso acervo de conhecimento empírico das comunidades camponesas da região;

- O grande acervo de conhecimento produzido por teóricos do desenvolvimento do Nordeste, a exemplo de Manuel Correia de Andrade, Celso Furtado e Guimarães Duque e também por institutos de pesquisas como o CPATSA - Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (atualmente denominado Embrapa Semiárido), localizado em Petrolina.

- O trabalho das ONGs da então chamada agricultura alternativa, que com apoio da cooperação internacional desenvolvia em algumas regiões do Brasil iniciativas de disseminação de tecnologias sustentáveis de produção.

O IRPAA foi capaz de processar esses acúmulos e contribuir de forma determinante para que o debate sobre o desenvolvimento do semiárido brasileiro se desse em um outro patamar. Na época de sua criação, o paradigma das iniciativas existentes ainda estava referenciado na ideia de combater ou resistir à seca, mesmo entre organizações da sociedade civil. No imaginário nacional (expresso exemplarmente na música de Luiz Gonzaga, na literatura de Rachel de Queiroz, no cinema de Glauber Rocha e na pintura de Cândido Portinari, entre muitos outros) a região é vista como espaço de impossibilidades, castigado pela inclemência da natureza; a caatinga é reduzida a cactus e vegetação seca e a população local é vista frequentemente com os “flagelados da seca”, vítimas das intempéries da natureza. A agricultura irrigada era apontada como única solução possível para a região. Uma das motivações centrais da criação do IRPAA foi a de afirmar o semiárido brasileiro como uma região com características próprias, com suas limitações e potencialidades. A finalidade do trabalho era divulgar e aplicar, na prática, novos conceitos, tecnologias, modos de vida, e criar a demanda de políticas públicas que garantissem à população condições de viver com qualidade na região, considerando a característica climática instável.

Coube ao IRPAA cunhar a expressão *Convivência com o Semiárido*, que sintetizava um amplo conjunto de práticas e abordagens desenvolvidas por atores sociais os mais diversos e que se constituiu ao mesmo tempo em bandeira política e novo paradigma para o



desenvolvimento o regional.

Nos primeiros dez anos de sua atuação o IRPAA investiu de forma sistemática na disseminação do conceito da CSA, com uma mensagem bastante direta, tão simples quanto revolucionária: os períodos de estiagem anuais são uma condição da região e é necessário resgatar e aperfeiçoar práticas de captação armazenamento de água da chuva e desenvolver atividades econômicas adaptadas ao clima da região. Nesse período foram implementadas várias técnicas e tecnologias acessíveis de CSA, dentre estas as cisternas para consumo humano, sistemas de captação de água para a produção e iniciativas de aproveitamento dos frutos nativos. O trabalho estava organizado em três setores/equipes: Água e Clima, Criação e Roça. A questão agrária, assim como gênero e meio ambiente, eram questões transversais do trabalho. Nesse período o acesso à água foi o grande mote para abordar a CSA.

O início dos anos 90 foi um período de muitas mobilizações que demandavam ações mais efetivas do poder público para enfrentar os efeitos da seca, a exemplo ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), ocorrida em 1993. Destas movimentações políticas desaguaram na criação de articulações e fóruns: Fórum Seca (1991), em Pernambuco, a Articulação no Semiárido Paraibano (1993), e o Forcampo (1994), no Rio Grande do Norte. Neste período, o IRPAA participou de uma série de atividades de intercâmbio que culminou com criação de uma Rede chamada “Mutirão Nordeste”, ou Mutirão de Entidades para a Convivência com o Nordeste, que reunia várias organizações⁷ da Bahia, Piauí e Maranhão. No início foi elaborada uma pequena cartilha sobre a CSA, que sistematizou um primeiro embrião de proposta para uma política permanente de CSA. A Articulação no Semiárido (ASA), articulação que congrega mil organizações, foi criada somente em 1999.

No tocante à questão agrária, a contribuição diferencial do IRPAA foi mudar o foco da discussão, incorporando o “para quê a terra?”. Até então, as pautas da luta agrária apontavam apenas a demanda de terra para a agricultura e não se discutia o tamanho da terra necessária considerando as especificidades do semiárido. A ideia vigente era que duas ou três tarefas

⁷ACESA - Animação Comunitária em Educação, Saúde e Agricultura - Bacabal/MA; ACR - Animação dos Cristãos no Meio Rural/MA; APAEB - Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente/BA; ARCAS - Associação Regional de Convivência Apropriada à Seca - Cicero Dantas/BA; CARITAS REGIONAL/PI; CEFAS - Centro Educacional São Francisco de Assis - Floriano/PI; Centro de Formação Mandacaru - Pedro II/PI; CERAC - Centro Regional de Assessoria e Capacitação - Parnaíba/PI; CPT - Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro e Senhor do Bonfim/BA e de Teresina/PI; Diocese de Ruy Barbosa/BA; EFAs de Angical e Cicero Dantas/BA; EFASE - Escola Família Agrícola de Monte Santo/BA; FUNDED - Fundação Dom Edilberto Dinkelbor - Oeiras/PI; IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - Juazeiro/BA; PROCUC - Programa de Convivência com o Semi-árido em Canudos, Uauá e Curaçá/BA; UAUFAMA - União das Associações das Escolas Família Agrícola do Maranhão/MA.

eram suficientes para uma família. O IRPAA trabalhava com a proposta da CSA, desenvolvendo atividades econômicas apropriadas, incorporando a criação de cabras e depois o extrativismo e por esta razão houve uma forte identificação com as práticas dos FP, que permitia trabalhar com uma noção de território, muito além da propriedade individual de cada família. Por conta disso, foi necessário questionar o tamanho das áreas. Essas eram questões que não eram valorizadas pelas assessorias técnicas, nem no campo tradicional e nem nas organizações que trabalhavam com propostas mais alternativas. O bode era visto majoritariamente como um agente desertificador e havia a visão de que era necessário acabar com a caprinocultura para plantar milho e feijão. As frutas da caatinga eram pouco conhecidas e seu aproveitamento não era valorizado como potencial atividade geradora de trabalho e renda. Eram valorizadas apenas as frutas da irrigação. A primeira contribuição do IRPAA foi pautar a viabilidade econômica a partir da vocação da região, o que tem uma relação direta com o tamanho das áreas disponíveis.

Ao completar dez anos de atuação, o IRPAA organizou um encontro de avaliação de sua trajetória, reunindo organizações parceiras e representantes das comunidades. Nesse encontro ficou evidente que a ideia da CSA estava disseminada, mas havia então o desafio de implementar essa ideia. O PROCUC (Programa de Convivência com o Semiárido nos Municípios de Canudos, Uauá e Curaçá), iniciado em 1999, já apontava esse caminho. E avançar nesse campo não seria possível sem a garantia da terra para as comunidades rurais, sobretudo, comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, jeito próprio de viver e produzir no sertão. Foi então intensificado o desenvolvimento de ações e propostas em parceria com as organizações populares, governos municipais e ainda nesse período com os governos estadual e federal.

Em 2003 o IRPAA colaborou com a elaboração do projeto “O Fundo de Pasto que Queremos”, que provocou um fortalecimento do movimento dos Fundo de Pasto - FP e ajudou a criar uma identidade coletiva e um sentimento de pertencimento mais forte. Foi nesse período também que foram organizadas as cinco comissões regionais de FP e a Articulação Estadual, composta por um membro de cada comissão regional. Também passaram a ser realizados os Seminários Estaduais de FP, incorporados desde então na programação anual do IRPAA.

Foi também nesse período que o IRPAA, com ampla participação das organizações do Mutirão Nordeste, elabora a proposta de um projeto de lei para a instituição de um Programa



Permanente de Convivência com o Semiárido. Este projeto prevê um conjunto de ações estruturantes, com metas e recursos orçamentários definidos como uma política de Estado, para além do prazo dos mandatos de governo. O projeto foi encampado e apresentado ao Congresso Nacional pelo então deputado federal Wellington Dias (do estado Piauí), mas continua engavetado. Mais de uma década depois, uma proposta similar⁸ foi encampada pela Articulação do Semiárido - ASA na carta política de seu Encontro Nacional de 2012 (ECONASA).

Desde 2009, com a ampliação de espaços de participação da sociedade civil organizada em programas e espaços de gestão de políticas públicas, o IRPAA passa a estabelecer diversas parcerias com governos municipais, estadual e federal. Assume a coordenação do Colegiado Territorial do Território Sertão do São Francisco (TSSF) e passa a ter atuação destacada no CONSEA – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Executa programas e projetos de Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER; Implementação de Tecnologias de Captação e Armazenamento da Água da Chuva; Qualificação Social e Profissional dos Trabalhadores/as com foco na Economia Solidária; dentre outros.

Passado a primeira e segunda fase de existência do IRPAA, nessa terceira fase a principal estratégia institucional perpassa pela consolidação da proposta de Convivência com o Semiárido, instituída por Lei municipal, estadual e federal. Frente a isso, muito foram as reivindicações das organizações populares ao governo estadual por um projeto de Lei que dê conta de reconhecer a especificidade do Semiárido baiano, suas características, estabelecendo diretrizes ajudem as populações viverem cada vez melhor.

O projeto de Lei de Convivência com o Semiárido, aprovado na Assembleia Legislativa em 2016, tem como objetivo colocar em execução uma política moderna e transversal, por meio da integração e fortalecimento de políticas públicas que trarão significativos ganhos, propiciando a permanência digna e cidadã das populações no semiárido. A Bahia possui quase 70% do seu território na região semiárida e também o maior número de pessoas vivendo da agricultura familiar, mais de 700 mil famílias.

Segundo Luiz Henrique Dutra (Casa Civil) que coordenou pelo governo da Bahia esse processo de elaboração, o projeto de Lei foi elaborado em parceria por diversas secretarias e a

⁸“Todos esses passos nos levarão – Estado e sociedade - à construção de uma POLÍTICA NACIONAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO”. Carta Política do VIII EnconASA.

partir do diálogo com a sociedade civil organizada. “Como é uma legislação transversal, integra diversos programas do governo. A gestão se dará por meio de um Fórum com participação de representantes dos diversos conselhos estaduais das áreas de educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento rural, inclusão produtiva, cultura, turismo, dentre outras, e suas ações serão acompanhadas e monitoradas através de um Comitê Governamental”.

O decreto de regulamentação de 2017, especifica a composição do Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido – colegiado paritário vinculado à Casa Civil com 26 representantes das secretarias de Estado, conselhos e colegiados territoriais, representações de instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil; e do Comitê Governamental de Convivência do Semiárido. O decreto também trata do Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação e especifica aspectos referentes à regularização fundiária.

A lei estabelece um conjunto de princípios e diretrizes para o desenvolvimento da região semiárida. Trata-se de um instrumento de gestão e planejamento intersetorial e transversal de políticas e programas governamentais e ações da sociedade civil. O objetivo é assegurar o desenvolvimento das populações do semiárido, bem como fortalecer e promover a autonomia da população do semiárido através da inclusão socioprodutiva e geração de emprego e renda, dentre outros objetivos.

Conclusões

O IRPAA é uma iniciativa pioneira no campo da proposição das políticas públicas de Convivência com o Semiárido e sua atuação, ao longo dos anos, foi decisiva para difundir práticas que foram incorporadas a políticas públicas, fortalecer a incidência da sociedade civil e estabelecer outro imaginário sobre o SAB, não só em sua área de atuação direta. No ano de 1990, quando o IRPAA foi criado, a região do semiárido brasileiro passou por um dos mais longos períodos de estiagem do século XX. Mais de um milhão de pessoas morreram em consequência dos efeitos da seca severa. Passados 27 anos, outro período de estiagem se configura e as práticas de CSA difundidas pelo IRPAA e o conjunto de organizações que compõem a ASA, potencializadas por programas públicos, contribuem de forma decisiva para que os efeitos da estiagem não repetissem a tragédia ocorrida há duas décadas.

Por fim, como aponta COSTA (2017) Passados mais de trinta anos de atuação da SUDENE, ente governamental que emplacou a lógica do combate à seca, em detrimento as múltiplas formas de vida e resistência que já eram presentes na região, surge o Instituto



Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, em 1990, organização da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos, que traz para centralidade o paradigma da Convivência com o Semiárido na perspectiva do Bem Viver, em contraponto à proposta governamental de combate à seca, que não condiz com as realidades e as necessidades das populações locais e tradicionais.

Fomento

Este trabalho é resultado da inserção do pesquisador no Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA a mais de dez anos, como estudante, educador popular, técnico de campo, coordenador de projetos sociais, coordenador de Eixo de Atuação, e atualmente compondo a coordenação colegiada do Instituto.

Referências

_____. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos. **Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da Seca (PAN-LCD)**. Relatório III Oficina Nacional. Olinda (PE), 22 e 23 de abril de 2004.

_____. Ressignificação e reapropriação social da natureza: **Práticas e programas ‘convivência com o semiárido’ no território de Juazeiro (Bahia)** / Luzineide Dourado Carvalho. – São Cristóvão, SE, 2010.

BRASIL. MMA. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos/Universidade Federal da Paraíba. **Atlas das Áreas Susceptíveis à Desertificação do Brasil**. Brasília (DF), 2007.

Carta Política do VIII Encontro Nacional da ASA – ECONSAs, 2012.

COSTA, Tiago Pereira da. A Convivência com o Semiárido como Paradigma Sustentável na Perspectiva do Bem Viver. **REVASF**, Petrolina-PE, v.7, n.12, p. 79-100, abril, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/1075/660>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

FROTA, L. S. A. **Documentação oral e temática da seca**. Brasília: Centro Gráfico, Senado Federal, 1985.

GUERRA, P. B. **A civilização da seca**. Fortaleza: DNOCS, 1981.

HOLZER, Werten. O conceito de lugar na Geografia Cultural-Humanista: **uma contribuição para a Geografia Contemporânea**. In: Revista da Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, UFF, Rio de Janeiro, Ano V, nº 10, junho de 2003.

LUNA, L. & BARBALHO, N. **Coronel dono do mundo**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra/Pró Memória, 1983.

MORIN, Edgar. O Método I: **A natureza da natureza**; tradução Ilana Heineberg. – Porto Alegre: Porto Alegre: Sulina, 2005. 2ª ed.

XAVIER, T. B. S. **Estudos Climáticos e de previsão para o Ceará e Nordeste Setentrional**. Fortaleza: ABC Editora, 2001.

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br